



**11**

Artigo recebido em: 29/09/2015

Artigo aprovado em: 31/10/2015

DOI 10.5380/2238-0701.2015n10p291-308





## Estereótipo na construção da identidade feminina – Dilma Rousseff em seu primeiro mandato

*Stereotype in the construction of the feminine identity – Dilma Rouseff in her first mandate*

*Estereotipo en la construcción de la identidad femenina – Dilma Rousseff en su primer mandato*

---

DINA MARIA MARTINS FERREIRA \*

---

DULCE PEREIRA VALENTE \*\*

---

**Resumo:** Neste artigo, buscamos analisar a identidade feminina em discursos de Dilma Rousseff, primeiro mandato, tendo em vista, de um lado, os estereótipos históricos da “feminilidade” que valorizam a falocracia, e, de outro, posições de “feminilidade” que valorizam a *práxis* do feminino, em posição feminista. Para tal, são levantados sentidos linguístico-discursivos com vistas não

---

\* 2º Pós-doutorado, em Ciências Sociais, pela *Université Paris V, Sorbonne* em co-tutoria com o Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp (2009-2010), em Estudos da Linguagem; 1º pós-doutorado, em Pragmática, pelo Instituto de Estudos em Linguagem, Unicamp (2002-2003); doutorado em Linguística pela UFRJ. Membro pesquisador do Centro de Estudos sobre a Atualidade e Cotiano, Paris V, Sorbonne e Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará. Autora de vários livros, artigos nacionais e internacionais, organização de livros, capítulos de livro.

\*\* Mestre em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará (2013); doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará.

somente à reprodução de estereótipos históricos, mas também à contestação e ressignificação destes. Nossa análise discursiva prioriza macro-categorias: *ethos* discursivo, feminilidade e “feminilidade”, cujo propósito é identificar os performativos identitários da “feminilidade”, tais como legitimação e resistência frente a uma ordem social histórica falocrática. E diante desta trincheira, um *ethos* discursivo se configura por micro-categorias: ruptura, identificação, agenciamento, empoderamento e contestação.

**Palavras-chave:** Identidade; Estereótipo; *Ethos*; Performatividade.

**Abstract:** *In this article, we analyze the feminine identity in speeches of Dilma Rousseff, in her first mandate: on the one hand, the historical stereotypes of femininity under the phallocratic value, and on the other positions femininity who value women's praxis in feminist position. To do this, they are raised discursive meanings with a view not only to the reproduction of historical stereotypes, but also to their defense and reframing. Our linguistic and discourse analysis gives priority to macro-categories: discursive ethos, femininity and femininity whose purpose is to construct the identity of the performative femininity such as legitimation and resistance against a historical social order phallocratic.*

**Keywords:** Identity; Stereotype; *Ethos*; Performativity.

**Resumen:** *En este artículo, se analiza la identidad femenina en los discursos de Dilma Rousseff, el primer término, con el fin, por un lado, los estereotipos históricos de “feminilidade” que valoran falocracia, y en las otras posiciones “feminilidade” que valoran la práctica femenina en posición feminista. Para ello, se plantearon significados lingüístico-discursivos con miras no sólo a la reproducción de los estereotipos históricos, sino también a la defensa y la reformulación de estos. Nuestro análisis del discurso da prioridad a la macro-categorías: ethos discursivo, la feminidad y la “feminilidade” cuyo propósito es identificar la identidad de lo performativo “feminilidade” como legitimación y resistencia contra un orden social falocrático histórico. Y antes de esta trincheira, una ética discursiva es formado por micro-categorías: descanso, de identificación, de agencia, de empoderamiento y de defensa.*

**Palabras clave:** Identidad; Estereotipo; *Ethos*; Performatividad.

## Introdução

Segundo Bhabha (2010), as relações de gênero são fortemente marcadas por estereótipos, os quais, pela “força da ambivalência”, têm sido reiterados ao longo dos mais diversos contextos de *práxis* humana. As propriedades que caracterizam o estereótipo, segundo este autor, são a sua capacidade de repetibilidade em conjunturas históricas e discursivas, estratégias de individuação e marginalização e os efeitos de verdade.

Dessa forma, o que motivou a investigação da identidade feminina no discurso da presidente Dilma Rousseff foi o fato dela ter sido alvo de inúmeros comentários, empreendidos pela imprensa nacional, que reiteravam estereótipos históricos de gênero, em relação à figura da mulher, os quais, ao produzirem efeitos de verdade, reiteravam o poder de discriminar. Em outros termos, Dilma, assim que assumiu o mais alto cargo de comando público e político do executivo brasileiro, foi alvo de processos de estereotipagem que diziam respeito a sua condição de mulher, e não a de política.

Este artigo se volta para uma perspectiva pragmático-discursiva em que uma rede teórico-analítica se constitui: categorias analíticas “feminilidade” e “feminilidade” (MARTINS FERREIRA, 2009), – que diferenciam as performances do feminino –; *ethos* discursivo (MAINGUENEAU, 2006; 2008); e estilização de três construtos identitários femininos – legitimação, resistência e projeto (CASTELLS, 2010) em relação aos sentidos de uma “ordem social” masculina (BOURDIEU, 2010).

## Performatividade em linguagem

Austin (1990) foi quem argumentou sobre a ideia de que a linguagem consiste numa ação semelhante a tantas outras ações, tais como correr, andar, comer, etc. Assim, o autor denominou de “ato performativo” ou simplesmente “performativo” – atos de fala que realizam uma ação, ao invés de descrevê-la. Ao traçar uma distinção entre dois diferentes tipos de atos de fala, a saber, o constativo e o performativo, distinção que mais adiante abandonará, ele argumentou que existem determinados acontecimentos que somente referendam performativos no uso da linguagem.

Judith Butler (2010, p. 59), teórica feminista, radicalizou o ato performativo austiniano e propôs a noção de “performatividade de gênero”. Segundo ela, “o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural do ser”.

Silva (2008) alia o pensamento de Austin ao de Butler, e propõe pressupostos teóricos a respeito da produção social da identidade e da diferença. Para o autor não basta “celebrar” as identidades e suas diferenças, mas também questionar sobre o modo como são produzidas e sobre as suas consequências políticas. Daí a razão de Silva (2008) argumentar que a identidade e a diferença, além de serem criações de atos de fala, são “criaturas” do mundo social e cultural, não podendo ser naturalizadas e cristalizadas. De modo específico, diz o teórico, que tanto a identidade quanto a diferença não são positivities, ou seja, não fazem referência a si mesmo, não são autocontidas, autodeterminadas, nem estáveis, pois se assim o fossem, tal concepção pressuporia um sujeito uno, centrado em si mesmo.

E nesta “briga” entre instável e estável, Silva (2008) argumenta que o processo de produção da identidade oscila entre dois movimentos, a saber, entre processos que tendem a fixá-la e a estabilizá-la e processos que tendem a subvertê-la e a desestabilizá-la. Segundo o teórico, um modo pelo qual a identidade tem sido fixada se deve às interpretações biológicas que apelam para a natureza. Enquanto os essencialismos, diz ele, nascem do movimento de fixação da ordem da ontologia, a produção da identidade e da diferença se dá por meio de processos discursivos, porquanto sujeito e identidade, senão o gênero são governados pela linguagem.

Segundo Derrida (1991), o significado não se fecha sobre si mesmo, e dada a insaturação dos contextos, estes são reiterados para além do instante de sua inscrição. Assim sendo, a linguagem não consiste numa estrutura que permanece a mesma – constante, contínua – mas sim, pela instabilidade. De acordo com este autor, o signo é caracterizado pelo diferimento ou adiamento, bem como pela diferença, pois a “presença” do referente (da “coisa” ou do “conceito”) é algo que nunca se concretiza, é indefinidamente adiado. Consequentemente a impossibilidade da “presença” – metafísica da presença – obriga o signo a depender de um processo de diferenciação – *différance*. O

signo seria a um “traço” daquilo que ele não é, a saber, da diferença, bem como daquilo que ele substitui. Em suma, o signo tem sua existência marcada pela diferença, a qual sobrevive nele como “traço”. E se os sujeitos são governados por “uma estrutura que balança”, pontua Silva (2008, p. 80), então tanto a identidade quanto a diferença são marcadas pela indeterminação.

Silva (2008, p. 94-95) abraça a compreensão de Derrida sobre a linguagem, para quem o signo é repetível, ou seja, propriedade da iterabilidade em linguagem – repetição em novo. Ou melhor, assume-se a retirada de linguagem de um determinado contexto para inserção em outros contextos diferentes, como uma operação de “recorte” e “colagem”; a saber, a retirada de uma expressão de um contexto social mais amplo em que ela foi tantas vezes enunciada e a (re) inscrição da mesma expressão em um novo contexto, no qual irá reaparecer sob o disfarce de uma operação mental exclusiva. Em suma, tal operação recoloca em ação o enunciado performativo, cuja repetibilidade estaria para a eficácia dos atos performativos.

## Performatividade de gênero

Se a identidade é produzida por atos linguísticos, então o gênero também consiste numa criação feita pelos mesmos atos. E, retomando as perspectivas conceituais de Judith Butler (2010), na medida em que gênero é tratado como performatividade, fica clara a relação entre linguagem, discurso e gênero.

Primeiramente, julgamos importante registrar que para Butler (2010) não existe sujeito, nem tampouco identidade cuja constituição dos significados ocorra anteriormente a qualquer processo discursivo, ou melhor, não existiria um ‘*status* ontológico’ por trás do gênero, pois a sua constituição se dá ‘na’ e ‘através’ da linguagem. A proposta desta autora sobre a teoria do gênero se apoia tanto no pensamento de Austin (1990), quanto no de Derrida (1991), contrariando os pressupostos da metafísica ocidental, os quais, segundo Derrida, rebaixou a “escritura” a uma função designativa, reveladora de sentidos produzidos fora das relações sociais reais e do mundo social. Em síntese, os novos estudos sobre a relação entre linguagem, discurso e gênero, não nos termos da referida tradição filosófica de pensamento ocidental, adquire importância, principalmente, para o questionamento das relações assimétricas de poder entre os gêneros,



pois, assim sendo, em termos “performativos”, podemos contestar, seguindo os passos de Austin, Derrida e de Butler, as possíveis hierarquias originadas pelas/nas dicotomias, que têm alicerçado, ao longo dos tempos, as relações entre homens e mulheres.

No que tange ao gênero, Butler (2010) persegue pontos problemáticos tanto da teoria quanto da política feminista, contesta discursos os quais concebem como da “ordem da natureza” a questão de gênero, ou seja, da sexualidade, do desejo, do sexo, do ato sexual, como algo os quais não podem, segundo uma matriz cultural heteronormativa compulsória, fugir à “normatividade”. A autora argumenta sobre a existência de matrizes culturais subversivas que eclodem do interior da própria matriz normativa, ou seja, gêneros culturais ininteligíveis subvertem e deslocam a matriz normativa do seu próprio interior.

## Estereótipo

Para Amossy (2008, p. 125), o estereótipo é uma noção partícipe do estabelecimento do *ethos*. O processo de estereotipagem, segundo a autora, consiste num “esquema coletivo cristalizado”, ou, dito de outro modo, numa “representação cultural preexistente”. Antes mesmo que ocorra a interação entre locutor e destinatário, ambos já se valem de tais esquemas, antecipando imagens um do outro – esquema coletivo e representação cultural. Para que tais imagens sejam reconhecidas é preciso, esclarece a autora, que estejam assumidas em uma “doxa”, ou seja, que estejam relacionadas a “modelos culturais pregnantes”.

Amossy (2008, p. 126) ainda nos informa sobre o modo como algumas perspectivas concebem o estereótipo, por exemplo, enquanto que para as práticas sociológicas e as semiológicas tal noção se refere a uma constante de predicados, para a perspectiva argumentativa o referido termo tem a função de designar tanto os “modos de raciocínio” específicos de um grupo quanto os “conteúdos globais do setor da doxa”, na qual o orador se encontra situado. Estereótipo, então, seria:

O conjunto das características que se relacionam à pessoa do orador e à situação na qual esses traços se manifestam que permitem construir sua imagem. Se esta é sempre em última instância singular, é preciso ver, entretanto, que *a reconstrução se efetua com a ajuda de modelos culturais* que facilitam a integração dos dados em um esquema preexistente (AMOSSY, 2008, p. 127, grifo nosso).



Em suma, ao que parece, a estereotipagem consiste num processo de reconstrução de dados preexistentes e integrados a um modelo cultural, o qual, por sua vez, dá a forma ao estereótipo de um “esquema” ou “representação” partilhada por uma comunidade, grupo, numa dada situação.

Contudo, Bhabha (2010) oferece uma concepção de estereótipo mais produtiva, pois mesmo que confira certa estabilidade de significações, as mesmas podem ser ressignificadas. Dessa forma, diz ele, estereótipo se caracteriza como uma estratégia discursiva ambivalente, ou seja, paradoxal, pois tanto reivindica a fixação quanto o movimento. A ambivalência é quem valida as propriedades do estereótipo, a saber, a repetibilidade em conjunturas históricas e discursivas, os efeitos de verdade que carrega e as estratégias de individuação e marginalização que opera. Em suma, o autor argumenta que o estereótipo se trata de uma crença dividida e múltipla, que reivindica uma cadeia contínua e repetitiva de outros estereótipos.

De modo específico, Bhabha (2010, p. 116) concebe o estereótipo como “fetiche”, pois o mesmo se trata de um “jogo” entre “afirmações de totalidade/similaridade” e a “ansiedade associada com a falta e a diferença”. Em outros termos, “o estereótipo é um modo de representação complexo, ambivalente e contraditório, ansioso na mesma proporção em que é afirmativo” (BHABHA, 2010, p.110). O referido “jogo” se dá entre as seguintes posições: metafóricas/narcísicas e metonímicas/agressivas, cujos funcionamentos ocorrem de modo simultâneo e estratégico, pois são colocadas em relação umas às outras. Enquanto a metáfora diz respeito ao mascaramento da ausência e da diferença, a metonímia desempenha a função de registrar a falta percebida. Em suma, é o estereótipo ou fetiche quando:

Há uma amarração entre a função metafórica ou mascaradora do fetiche e o objeto-escolha narcísico e uma aliança oposta entre a figuração metonímica da falta e a fase agressiva do imaginário. *Um repertório de posições conflituosas constitui o sujeito [...]. A tomada de qualquer posição, dentro de uma forma discursiva específica, em uma conjuntura histórica particular, é portanto sempre problemática – lugar tanto da fixidez como da fantasia* (BHABHA, 2010, p. 119-120) (grifo nosso).

Como podemos observar a concepção de estereótipo, segundo Bhabha (2010), diferentemente de Amossy (2008), põe em destaque

o conflito, a contradição, ou seja, o estereótipo não é simplesmente um “dado” fechado o qual é possível ser reconstruído por meio de um esquema cultural partilhado ou uma série de predicados para serem descritos, mas algo ansioso, um objeto “impossível” (BHABHA, 2010, p. 125). Mas, o que julgamos importante reter do pensamento do referido autor é o fato dele contestar o estereótipo como um “ponto seguro de identificação” (p. 110) e trazer à tona a questão do poder que estabelece assimetrias entre os sujeitos.

### ***Ethos* discursivo: feminilidade e “feminilidade”**

Enquanto que, para Butler (2010, p.59), a performance consiste na “estilização repetida do corpo”, para Derrida (1991), a performance se dá por meio da “iterabilidade” da linguagem, para Silva (2008), se trata de uma operação de “recorte” e “colagem”, e, para Bhabha (2010), uma questão de ambivalência, podemos aventar, pelos ditos anteriores, que a identidade, e consequentemente o estereótipo, vacilam entre o que está no lugar temporariamente e a ansiedade por uma “presença” que nunca irá se concretizar, ou seja, entre aqueles sentidos que são fixados e subvertidos num só lance.

E, deste ponto em diante, abre-se uma discussão sobre a noção de *ethos*, a qual consiste em algo bastante antigo. Segundo Maingueneau (2006), o *ethos* aristotélico dizia respeito à boa impressão que o orador deveria causar no auditório, através do modo como o mesmo constituía o seu discurso. O orador deveria mobilizar por meio da sua fala três qualidades fundamentais: a prudência, a virtude e a benevolência. Vale ressaltar que tais qualidades eram, para o destinatário, características “intradiscursivas”, portanto, o que julgamos importante reter sobre a concepção aristotélica de *ethos* é que não eram levados em conta o saber extradiscursivo. Assim, ao que parece, tais características “intradiscursivas” que emergiam durante a enunciação eram algo concebidas como “dadas”, as quais eram reveladas ‘na’ e ‘pela’ fala do orador.

Contudo, para além do *ethos* retórico, Maingueneau (2006, p. 268) argumenta que as características que fluem por meio do modo como o orador constrói o seu discurso não consistem em algo “essencialmente intradiscursivas”, pois “na elaboração do *ethos* intervêm igualmente dados exteriores à fala propriamente dita (gestos, roupas, etc)”: “Ora, a noção de *ethos* permite articular corpo e discurso: a instância subjetiva que se manifesta através do discurso não se deixa

perceber neste apenas como um estatuto, mas sim como uma voz associada à representação de um “corpo enunciante” historicamente especificado” (MAINGUENEAU, 2006, p. 271).

Ao afirmar sobre a existência de dados exteriores, Maingueneau (2006) considera problemático na Retórica a não consideração às possíveis representações que os destinatários possam ter do orador, mesmo antes de sua fala. Contudo, o autor não se distancia por completo das premissas aristotélicas, já que afirma que (1) o *ethos* é “uma noção discursiva; que está (2) “intrinsecamente ligado a um processo interativo de influência sobre o outro”; e que o mesmo consiste em (3) “uma noção intrinsecamente híbrida”, ou seja, sociodiscursiva. Nestes termos, a noção de *ethos*, diz o teórico, permite refletirmos sobre o que conduz os sujeitos a aderirem a um dado ponto de vista advogado por um dado discurso. Tal adesão diz respeito ao modo como os intérpretes se apropriam do *ethos* de quem discursa, e tal apropriação, por sua vez, é designada pelo termo “incorporação”. Diferentemente do *ethos* aristotélico, Maingueneau (2006) reformula tal noção ao incluir o extradiscursivo, ou seja, o *ethos* vai além de uma simples estratégia.

O *ethos* constitui, assim, um articulador de grande polivalência. Recusa toda separação entre o texto e o corpo, mas também entre o mundo representado e a enunciação que o traz: a qualidade do *ethos* remete a um fiador que, através desse *ethos*, proporciona a si mesmo uma identidade em correlação direta com o mundo que lhe cabe fazer surgir. (MAINGUENEAU, 2006, p. 278).

Ressaltamos que o *ethos* foi mobilizado pela ideia de performatividade, pois intuímos identificar as características físicas, psicológicas e tom de voz tanto da “feminilidade” quanto da “feminilidade” (MARTINS FERREIRA, 2009) – ambas dizem respeito ao feminino, respectivamente, aos sentidos tradicionais que caracterizam a mulher pela maternidade, lar, doçura, delicadeza, emoção, etc., e, aos sentidos que caracterizam a mulher moderna, inserida na força produtiva do trabalho, escolarizada, determinada, independente, objetiva, racional, etc. De modo específico, esta autora justifica a manutenção dessa “teia identitária do feminino” (MARTINS FERREIRA, 2009, p. 144) pelas seguintes razões:

Primeiro, porque a feminilidade atende a significações constitutivas de valorações patriarcais ainda existentes em nossa sociedade. Discordando ou não se o perfil da mulher feminilidade está em extinção devido à força de trabalho feminino, ainda este flanco da feminilidade faz parte do imaginário popular, haja vista a ainda proliferação midiática de uma imagem feminina idealizada: mulher princesinha, protegida dos percalços da vida, esposa, mãe, companheira no mundo masculino, bonita, elegante, jovem, senhora, distinta, disponível às solicitações do grupo familiar. Segundo, porque a “feminilidade” daria sustentação à prática social da mulher política: a mulher agente, diretora de seu caminho.

Em suma, Martins Ferreira (2009, p. 154) esclarece que tais sentidos são solidários e, que uma “classificação fronteirizada” não se sustenta, por ser um objeto impossível.

### **Construção da identidade feminina**

Por meio da articulação das categorias analíticas “*ethos*”, “feminilidade” e “feminilidade”, buscamos identificar a performance social de três diferentes tipos de identidade feminina frente aos sentidos de uma “ordem social” histórica masculina, são elas: a “identidade de legitimação”, a “identidade de resistência” e a “identidade de projeto”. Valem ressalvas de Bourdieu (2010, p.100) que argumenta sobre a existência de uma “ordem social” masculina, na qual a mulher é concebida pela “arte” de se fazer “pequena”. Segundo o autor, a referida ordem tem sido reproduzida ao longo dos tempos por conta de um trabalho histórico de “(re) criação das estruturas objetivas e subjetivas da dominação masculina”, garantido, até então, por três diferentes tipos de instituições: a Família, a Igreja e a Escola, as quais por meio de seus agentes e mecanismos têm agido sobre as estruturas inconscientes dos sujeitos. É o princípio falo-narcísico representado de modo paradigmático por estruturas que se encontram em estado fragmentado tanto nas estruturas cognitivas quanto nas sociais. No entanto, diz este autor, as transformações que ocorreram das estruturas produtivas, – que inclui o desenvolvimento das administrações públicas e privadas –, por conta do acesso de mulheres ao ensino, principalmente, superior, foi uma importante mudança que marcou as relações de gênero, pois promoveu desestabilizações na estrutura da dominação masculina, cujos efeitos, devido ao “aumento do aces-

so das mulheres à instrução”, desenvolveram uma maior “independência econômica” e cofiguraram uma “transformação das estruturas familiares” (BOURDIEU, 2010, p. 107).

### **Dilma Rousseff: perspectivas analíticas**

Para demonstrar as categorias analíticas até então percorridas, elegemos o discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Colóquio de Alto Nível sobre Participação Política de Mulheres, ocorrido no dia 19 de setembro de 2011, em Nova York/EUA<sup>1</sup>, na medida em que reforça a figura feminina na política e, consequentemente, a performatividade de gênero. Alguns fragmentos são eleitos para análise:

(1) Depois de amanhã serei a primeira mulher, na história das Nações Unidas, a abrir os debates da Assembleia Geral. Gostaria de compartilhar essa honra com todas as mulheres aqui presentes, em especial com a subsecretária Michelle Bachelet, a primeira mulher da América do Sul a ser eleita Presidenta do seu país [...].

Dilma Rousseff não esconde seu contentamento ao presidir a abertura dessa Assembleia, num lugar predominantemente masculino. Ela deixa bem claro essa predominância, quando diz “serei a primeira mulher”. Assim, podemos observar a performance de sentidos linguístico-discursivos da “feminilidade”, a saber, de orgulho e de entusiasmo, pois a mesma se apresenta como uma mulher que irá promover uma mudança no cenário político internacional, – não muito diferente de tantos outros cenários políticos nacionais/locais, nos quais ainda predominam a figura masculina. Em suma, podemos observar a força da historicidade da “dominação masculina” sendo deslocada. Portanto, as características estilizadas *no* e *pelo* discurso da referida mulher no cenário político configuram um *ethos* de “ruptura” com aquelas significações naturalizadas que constituem uma “ordem social” falocrática objetiva no mundo social como, por exemplo, na referida assembleia;

(2) Apesar de alguns avanços notáveis, a desigualdade permanece. Em pleno século XXI, são as mulheres as que mais sofrem com a pobreza extrema, o analfabetismo, as falhas dos sistemas de Saúde, os conflitos e a violência sexual. Em geral, as mulheres ainda

1 Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br>. Último acesso em: 18/08/2015.

recebem salários menores pela mesma atividade profissional e têm presença reduzida nas principais instâncias decisórias [...].

No trecho acima, Dilma contesta. De modo específico, os sentidos performativizados são os de “contestação” e os de “indignação” entrelaçados aos de “descontentamento”. De modo específico, os sentidos linguístico-discursivos que estão sendo reiterados em seu discurso constituem uma imagem do feminino que diz respeito à “feminilidade”, pois a presidenta<sup>2</sup> se mostra uma mulher ciente das muitas demandas sociais que devem ser atendidas, ou seja, da transformação desse quadro problemático para que não se perpetue mais. Podemos observar a estilização da “contestação” no instante em que ela traz à tona o paradoxo entre o momento histórico atual, a saber, século XXI, e a situação social fragilizada, portanto, problemática em que muitas mulheres ainda se encontram pela expressão “menores salários” e “presença reduzida nas principais instâncias decisórias”, fatos que colaboram com a permanência das relações assimetrias de poder entre os gêneros. Acrescenta-se a esses fatores efeitos de sentidos de “indignação” no discurso de Rousseff, pelo fato de a mulher ser reduzida à condição de objeto, segundo um mercado de bens simbólicos, no momento em que aponta para a ocorrência da “violência sexual”. Essas características configuram um *ethos* de “contestação”.

(3) A crise econômica e as respostas equivocadas a ela podem agravar esse cenário, intensificando a feminização da pobreza. Por isso, combater as consequências e também as causas da crise é essencial para o empoderamento das mulheres [...].

Aqui, podemos observar uma construção discursiva de sentidos da “feminilidade”, pois, em meio à época da crise econômica que solapava a Europa, Dilma reage aos equívocos gerados por decisões políticas, econômicas, sociais, etc., as quais, ao invés de contribuírem para uma mudança da condição social feminina, deveriam, antes, indagar se não estariam promovendo retrocessos. Contextualizando a crise, segundo os noticiários, uma das primeiras medidas consistiu em demissões em massa, ou seja, um grande número de trabalhadores perderam seus empregos. A nosso ver, uma das instâncias a serem atingidas fatalmente por essa crise foi a família. E a mulher, em consideração a forte ligação que a mesma tem com o universo

2 É do conhecimento do senso comum que Dilma Rousseff faz questão de ser chamada por “presidenta” em vez de “presidente”, mesmo em detrimento da gramática normativa, como forma de salientar a performatividade do gênero feminino.

doméstico tanto em estado objetivado quanto subjetivado, segundo um contexto de dominação masculina, talvez estivesse sendo ou poderia ser a primeira da lista desses cortes. Consequentemente, aos homens estaria sendo reservado o direito de permanecerem em seus empregos. Caso a questão tenha se encaminhado nos referidos termos, ao que parece, Rousseff estaria colocando em relevo o fato de as possíveis demissões de mulheres não estarem ocorrendo segundo uma visão masculina/falocrática. Dessa forma, podemos observar a configuração no discurso de Dilma de um *ethos* de “contestação”.

(4) Fui eleita a primeira mulher Presidenta do Brasil 121 anos depois da Proclamação da República e 78 anos depois da conquista do voto feminino. Somos 52% dos eleitores, mas apenas 10% do Congresso Nacional. Tenho me esforçado para ampliar a contribuição feminina nos espaços decisórios – dez Ministérios do meu governo são comandados por mulheres. Em especial, quero enfatizar que o núcleo central do meu governo é constituído por mulheres ministras [...].

Dois contextos históricos são trazidos à tona na fala de Dilma: um diz respeito ao período de transição da monarquia para a república, o outro se refere à conquista das mulheres ao direito de participação nas decisões políticas do Brasil. Podemos observar a performance de sentidos discursivos tanto de “preocupação” com o atual cenário político, ou seja, com a disparidade entre os “52% dos eleitores” serem mulheres e somente “10%” delas integrarem os espaços públicos de poder, quanto de “esforço”, para ressignificar tal realidade, pois já se passaram “78 anos depois da conquista do voto feminino” e os resultados de participação política das mulheres nas instâncias do legislativo e do executivo são ainda insignificantes. Os sentidos languageiros são os da “feminilidade”, ou seja, a imagem de si do feminino estilizada em seu discurso apontam para uma mulher que reivindica, combatente. Concluímos que tais características constituem um *ethos* de “identificação”, um *ethos* de “agenciamento”, bem como um *ethos* de “empoderamento”.

(5) Comecei meu governo lançando um novo desafio: erradicar a pobreza extrema. São as próprias mulheres, que tanto sofrem com a pobreza, as principais aliadas das políticas voltadas para a sua superação. Elas têm prioridade em programas sociais, como o de transferência de renda e o de crédito para habitação, o que se reverte na melhoria da qualidade de vida delas mesmas e de suas



famílias. São elas que, na família, se encarregam de gerir os benefícios originários das nossas políticas sociais [...].

No trecho acima, os sentidos discursivos performativizados são os da “feminilidade”, pois, segundo a lógica daqueles contextos históricos de dominação masculina, coube à mulher os cuidados da esfera privada, ou seja, da esfera doméstica, dado um processo de individualização da casa em relação aos espaços públicos, por exemplo, da rua. Em outros termos, para as mulheres foram impostas atividades ligadas ao cotidiano da casa e da família. Assim, Dilma reitera os sentidos de uma “ordem masculina”, e configura um *ethos* de “identificação”, pois reproduz tal estrutura de dominação.

(6) As mulheres são também aliadas do desenvolvimento sustentável e de uma necessária mudança de padrões de consumo. Conto com vocês para promover expressiva participação feminina na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – a Rio+20, que o Brasil terá o privilégio de sediar em 2016 [...].

Dilma performativiza sentidos discursivos da “feminilidade”, pois no imaginário popular a ideia de consumo está ligada à imagem feminina, ou seja, são as mulheres que consomem mais, são as mulheres que estão mais próximas dos detalhes da rotina de uma casa, dos filhos, do esposo, etc. Em suma, temos na seguinte passagem de seu discurso a iterabilidade de um estereótipo. No entanto, a “feminilidade” se constitui juntamente com a “feminilidade”, pois o sentido que configura a imagem de si do feminino é o de “mobilização”, pois, no mesmo ato que, implicitamente, reconhece que as mulheres são consumidoras potenciais, também as mobiliza para ressignificarem politicamente a historicidade de tal estereótipo, ou seja, para participarem de decisões para além da esfera da vida privada. Dilma configura um *ethos* que denominamos por “agenciamento”.

## Considerações finais

Norteadas por uma perspectiva pragmática-discursiva, a presente pesquisa se apoiou em pressupostos teóricos que refutam todo e qualquer essencialismo, ou seja, os pressupostos de toda uma tradição filosófica ocidental que, ao longo dos tempos, rebaixou a linguagem a uma função reveladora de significações elaboradas fora das relações sociais, dos contextos sociais, da história. Vale

ressaltar que a ideia de que o sujeito seria detentor de um *logos*, lugar onde ocorreria a produção da significação, sustentou a função designativa da linguagem.

Contudo, tal *status* da linguagem foi refutado, pelos argumentos austinianos, em que a linguagem é uma “forma de ação”. Dessa forma, apoiando-se em tal ideia, Judith Butler, ao contestar o argumento de que o sujeito, conseqüentemente, a identidade de gênero teria um *status ontológico*, radicalizou o “ato performativo” austiniano e propôs a noção de “performatividade de gênero”, performatividade que consiste num processo de estilização de gênero, em detrimento de noções naturalizantes de gênero no interior de uma matriz denominada pela autora por “heteronormativa”.

O tema da identidade foi mobilizado pela ideia de “performatividade”, mais especificamente, as categorias analíticas *ethos*, “feminilidade” e “feminilidade”, com vistas à reprodução, à resistência e à resignificação de traços de sentidos que poderiam estar apontando para a reiteração de estereótipos históricos constituidores da identidade de gênero. Em suma, os resultados obtidos foram que a identidade de Dilma tanto é de “legitimação” de sentidos de uma “ordem social masculina”, quanto de resistência frente a tal ordem, pois dependendo do contexto, mobiliza o seu poder político para promover agenciamentos que visem a mudanças, inclusive estruturais, que favoreçam as mulheres.

## Referências

AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. 1. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

AUSTIN, John L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Tradução Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes médicas, 1990.

BHABHA, Homi K. A outra questão: o estereótipo, a discriminação e o discurso colonial. In: \_\_\_\_\_. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima, Glaucia Renata Gonçalves. 5ª reimpressão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BUTLER, Judith. **Gender trouble: Feminism and the subversion of identity**. New York: Routledge, 1990.

\_\_\_\_\_. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 3ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Editora Paz e Terra Ltda, 2010.

DERRIDA, Jacques. Assinatura, acontecimento, contexto. In: \_\_\_\_\_. **As margens da filosofia**. Tradução Joaquim Torres Costa, Antônio M. Magalhães; Revisão técnica Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papirus, 1991.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso literário**. Tradução Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (orgs). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS FERREIRA, Dina Maria. **Discurso feminino e identidade social**. 2ª. ed. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

\_\_\_\_\_. Identidade feminina no espaço político: percurso simbólico na ecologia da linguagem. In: RAJAGOPALAN, Kanavillil; MARTINS FERREIRA, Dina. **Políticas em linguagem: perspectivas identitárias**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2006.

SILVA, Tomaz T. A produção social da identidade e da diferença. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.